



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1. Parecer Controle Interno nº	030804/2023
1. Processo Licitatório nº:	1306002/2023
2. Assunto:	Contratação de Serviços Médicos com a Empresa MEDCENTRO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ/MF Nº22.510.258/0001-70), com base no edital de chamada pública nº002/2022 e anexos, para o seguinte serviço: I – Plantões médicos e atendimento ambulatório, item 01, 02, 03, 04, 05, 07, 09, 12, 13, II – consultas médicas, Item 01, III – Exames de Diagnóstico, Item 01, 02, 03 e 04, E IV – Auditoria de AIH, Item 01 (anexo I – Tabela de Preços Serviços).
4. Órgão:	Setor de Licitação/Presidente da CPL
5. Contratado/Fornecedor:	MEDCENTRO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ/MF Nº22.510.258/0001-70
6. Nº do Contrato:	1506001/2023/PMNP
7. Período de Vigência:	9 Meses a contar de sua assinatura
8. Valor do Contrato:	R\$ 3.911.122,08 (três milhões, novecentos e onze mil, cento e vinte e dois reais e oito centavos)

Check-List para processos de Inexigibilidade de Licitação
(Art. 25 da Lei 8.666/93)

N.º	PROCEDIMENTO	BASE LEGAL	SIM	NÃO
01	O processo foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo carimbo do órgão e visto do responsável?	Art 38, caput, Lei nº 8.666/93 e alterações	(x)	()



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02	Consta termo de referência ou projeto básico, descrevendo as características do produto, forma de fornecimento, valor estimando, objetivo e justificativa da contratação?	Art. 7º, 14º, 15º § 7º da Lei n.º 8.666/93	(x)	()
03	Consta pesquisa de mercado (cotação de preço) destinada a estimar o valor do bem ou serviço, indicando a fonte e/ou metodologia utilizada?	Art 7º, § 2º, II c/c inc. V, art.15, Lei n° 8.666/93 e alterações	(x)	()
04	Consta Requisição de compras/serviços, assinado pelo Ordenador de despesa e demais autoridades competentes?		(x)	()
05	Os recursos orçamentários previstos na requisição de compras/serviços estão identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação?	Art 7º, § 2º c/c art 14, Lei n° 8.666/93	(x)	()
06	Consta documentação que comprove a situação de inexigibilidade?	Art. 25, Lei n.º 8.666/93	(x)	()
07	Consta a razão para a escolha do fornecedor, comprovação de que o preço está compatível com o do mercado, quando for o caso?	Art. 26, II e III Lei n.º 8.666/93	(x)	()
08	Consta justificativa para a inexigibilidade da licitação?	Art. 26, Lei n.º 8.666/93.	(x)	()
09	Consta a minuta do termo de contrato, nos casos em que resulte obrigações futuras?	Art 38, inc. X, Lei n° 8.666/93	(x)	()



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

10	Consta Parecer prévio da Assessoria Jurídica do órgão e da Procuradoria Geral, fundamentando os motivos excepcionais para a inexistência da licitação?	Art. 38, Inc. VI, parágrafo único, Lei nº 8.666/93	(x)	()
11	Consta documentação relativa à habilitação jurídica, quando for o caso? (cédula de identidade; registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;	Art 28, Lei nº 8.666/93 e alterações	(x)	()
12	Consta documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista? (Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.)	Art 29, Lei nº 8.666/93 e alterações	(x)	()
13	Consta documentação relativa à qualificação técnica, quando for o caso?	Art 30, Lei nº 8.666/93 e alterações	(x)	()



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

14	Consta documentação relativa à qualificação econômico-financeira, quando for o caso?	Art 31, Lei nº 8.666/93 e alterações	()	()
15	Consta ato de inexigibilidade, expedido pela autoridade competente?	Art 26, Lei nº 8.666/93	(x)	()
16	Consta publicação do ato de inexigibilidade na imprensa oficial?	Art. 26, Lei nº 8.666/93	(x)	()
17	Consta uma via do termo de contrato aprovado e firmado entre as partes, com a publicação do extrato?	Art. 61 e 62, Lei n.º 8.666/93	(x)	()
18	Foi indicado o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, quando for o caso?		(x)	()
19	Consta o ato de designação da comissão para recebimento do material/serviço (quando for o caso)?	Art. 15, § 8º, Lei nº 8.666/93.	()	()

CONCLUSÃO

Diante dos documentos apresentados esta controladoria emite parecer favorável.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Novo Progresso/PA 03 de agosto 2023

WESLEY DA COSTA SILVA
CONTROLADOR INTERNO
PORTARIA 017/2021